



CÂMARA MUNICIPAL DE BOM JESUS DA PENHA

CNPJ 05.679.293/0001-07
ESTADO DE MINAS GERAIS

CÂMARA MUNICIPAL
BOM JESUS DA PENHA

PROTOCOLO Nº 3487/2025

LIVRO Nº 01 FLS 162 V

DATA 15/04/2025

ENCARREGADO

PARECER JURÍDICO

ADVOGADA DO LEGISLATIVO

PROJETO DE LEI N.º 05/2025

EMENTA: Dispõe sobre a divulgação da lista dos médicos plantonistas e do responsável pelo Plantão nos hospitais do Município de Bom Jesus da Penha/MG.

I - DO RELATÓRIO

Foi solicitado parecer jurídico pela Presidente da Câmara Municipal a cerca da legalidade, formalidade e constitucionalidade do Projeto de Lei 04/2025 oriundo dos vereadores Alexandre Mendes da Silva, Gilmar da Silveira, Ricardo Martins de Almeida e Valdeci Vieira de Moraes que trata da divulgação da lista dos médicos plantonistas e do responsável pelo plantão nos hospitais do Município de Bom Jesus da Penha/MG.

II – DA REDAÇÃO DO PROJETO DE LEI

Ao analisar o projeto de Lei n.º 05/2025 de autoria dos vereadores acima mencionados, verificou-se que o Parágrafo Único do artigo 1º encontra-se com erro de digitação, não apresentando clara na redação. Portanto ferindo o que dispõe o art. 11 da Lei Federal n.º 95/1998

Assim, sugiro à Comissão de Justiça, Legislação e Redação Final que proceda com a devida correção, ou ao autores do Projeto de Lei que retirem o mesmo para a devida correção.

III – DO PARECER

2.1. Da Competência e Iniciativa

O Projeto versa sobre matéria de competência do Município encontrando amparo no art. 49 da Lei Orgânica Municipal.

ndimo
1



CÂMARA MUNICIPAL DE BOM JESUS DA PENHA

CNPJ 05.679.293/0001-07

ESTADO DE MINAS GERAIS

2.2. Da tramitação e Votação

Preliminarmente, a propositura deverá ser submetida ao crivo das Comissões Permanentes de Legislação, Justiça e Redação Final e de Saúde, Saneamento, Meio Ambiente, Assistência Social, Segurança Pública e Direitos Humanos.

2.2.1. Da aprovação do Projeto

O *quórum* para aprovação do projeto de Lei n.º 04/2025 será por **maioria simples** (art. 83 do R.I) e em turno único (art. 72 do R.I).

Ressalte-se a obrigatoriedade do Presidente da Mesa Diretora votar em projetos caso venha a dar empate nas votações (inciso III do art. 111 do R.I).

III – DA CONCLUSÃO

Todo o exposto trata-se de um parecer opinativo, ou seja, tem caráter técnico-opinativo que não impede a tramitação e até mesmo consequente aprovação. Nesse sentido é o entendimento do SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL que, de forma específica, já expôs a sua posição a respeito, *in verbis*:

“O parecer emitido por procurador ou advogado de órgão da administração pública não é ato administrativo. Nada mais é do que a opinião emitida pelo operador do direito, opinião técnico-jurídica, que orientará o administrador na tomada da decisão, na prática do ato administrativo, que se constitui na execução *ex officio* da lei. Na oportunidade do julgamento, porquanto envolvido na espécie simples parecer, ou seja, ato opinativo que poderia ser, ou não,



CÂMARA MUNICIPAL DE BOM JESUS DA PENHA

CNPJ 05.679.293/0001-07

ESTADO DE MINAS GERAIS

considerado pelo administrador.” (Mandado de Segurança nº 24.584-1 - Distrito Federal - Relator: Min. Marco Aurélio de Mello – STF.) *Sem grifo no original.*

Assim sendo, em obediência às normas legais, esta Assessoria Jurídica opina pela correção ora apresentada e posteriormente pela possibilidade de tramitação do presente Projeto de Lei.

Este é o parecer, salvo melhor juízo.

Bom Jesus da Penha/MG, 15 de abril de 2025.

Mirelly de Paula Tâme Lima
Advogada do Legislativo
OAB/MG 97.867